

ATA DA 6º REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DOS MANANCIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.

OBJETO: Apresentação da Proposta Preliminar do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Iraí e Análise e Aprovação das Unidades Territoriais de Planejamento de Quatro Barras e Campo Magro.

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, às oito horas e trinta minutos, no Auditório do Centro de Coordenação de Programas de Governo - CCPG, na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, realizou-se a 6ª Reunião do Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, contando com a presença de autoridades e técnicos convidados, conforme lista de presença em anexo. A sessão foi aberta pelo Presidente do Conselho Gestor da R.M.C., Sr. Paulo Yoshikatsu Kawahara. O Sr. Presidente apresenta o novo Conselheiro, representante da ABES, Sr. Francisco Borsari Neto. Em seguida, pede à Sra. Maria Luiza M. Araujo que faça a leitura da ATA da última reunião. Os Srs. Conselheiros, André Virmond Bittencourt da UFPR e João Samek da SUDERHSA, sugerem correções no texto da ATA da 5ª reunião, sendo essa solicitação aceita pelos demais Conselheiros. Em seguida, a Arquiteta Rajindra Kaur Singh, do Consórcio SOGREAH/COBRAPE, apresenta a proposta preliminar do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Iraí. O Sr. Presidente agradece à Sra. Rajindra e abre espaço para discussão da proposta. Informa que haverá debates posteriores e que nesta reunião o debate será restrito à mesa. Convida para compor a mesa os Srs. Ednei Bueno do Nascimento, Presidente da Câmara de Apoio Técnico do Passaúna e Coordenador Regional dos Recursos Naturais da EMATER, o Sr. Eduardo Peron, Assessor de Planejamento de Campina Grande do Sul e o Sr. Antonio Ricardo Milgioransa, Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente do município de Colombo. O Sr. Presidente solicita que as Prefeituras envolvidas se manifestem. O Sr. Conselheiro Gil Lorusso do Nascimento, Prefeito de Piraquara, comenta que a APA do Iraí é margeada pelo Contorno Leste, que deve ser ocupada adequadamente para não haver invasões. Comenta sobre a existência de uma área na divisa com o município de Quatro Barras e entrega um ofício ao Sr. Presidente. Solicita ao mesmo que faça uma leitura do

ofício. O Sr. Presidente faz um resumo do ofício encaminhado, onde o município coloca que o zoneamento pode inviabilizar a implementação de projetos de desenvolvimento comercial e de indústrias leves. O Sr. Paulo Kawahara informa que essas questões serão discutidas na seqüência com as Prefeituras. Em seguida, o Sr. Conselheiro João Carlos Creplive, Prefeito de Quatro Barras, pede a palavra e comenta que a Rodovia de Contorno Leste foi colocada no município como um Muro de Berlim. Esclarece que o município havia optado por um acesso para atender a comunidade da região, e que a opção dada pela Dra. Rajindra parece interessante para o município, pois adequará o trânsito, retirando o tráfego pesado do centro de Quatro Barras, etc. O Sr. Presidente pede a manifestação do Sr. Conselheiro Siegfried Böving, Prefeito de Pinhais. O Sr. Conselheiro comenta que o município tem uma interferência indireta na APA, que terá problemas com o tráfego da PR-415 e que já manifestou sua preocupação ao Secretário de Transportes e ainda não obteve resposta. Entende que deve haver um Plano de Distribuição de Tráfego na região, colocando isto no escopo do desenvolvimento, etc. Comenta sobre a situação do Jardim Graciosa, e que os dois decretos elaborados para a área não resolveram a situação. Considera que há necessidade de um fundo para fazer frente a estas questões, sendo essa uma necessidade para toda a região. Pede ao Sr. Presidente para começar a reunir-se para tratar especificamente de recursos, e que há instituições internacionais que poderiam apoiar. O Sr. Presidente do Conselho esclarece que há previsões otimistas, que o Fundo de Preservação Ambiental da RMC está em análise, que a Lei de Recursos Hídricos prevê a cobrança da outorga da água e parte da arrecadação virá para o Fundo e dessa maneira, haverá contribuições para a questão dos mananciais. Esclarece ainda, que a UTP é a base necessária para as ações que serão desenvolvidas. A seguir, o Sr. Presidente passa a palavra para o Sr. Antonio Ricardo Milgioransa, Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente do município de Colombo, que comenta sobre o Plano Diretor do município que será iniciado nos próximos dias e que para mudar o zoneamento precisam ser feitos investimentos, até para compensar os investimentos que já foram efetuados. A seguir, o Sr. Eduardo Peron, Assessor de Planejamento de Quatro Barras, comenta que em Campina Grande do Sul serão hierarquizados os usos, visando promover a sustentabilidade da região e os detalhes serão vistos em conjunto. O Sr. Ednei Bueno do Nascimento, Coordenador Regional dos Recursos Regionais da EMATER, esclarece que deve ser detalhada a produção agrícola da Bacia como um todo e que se preocupa com a Bacia do Iraí, que hoje possui 36.000 habitantes e que no futuro terá 166.000 habitantes, e

que com essa ocupação dificilmente haverá agricultura num raio de 20 km. A Sra. Rajindra informou que a população de 166.000 refere-se ao zoneamento existente, e que este está sendo restringido. O Sr. Conselheiro Agenor Zarpelon da SANEPAR, comenta que boa parte do terreno da APA do Iraí é turfoso e a SANEPAR acredita que este zoneamento virá atender a preservação da qualidade da água e que ele será assumido pelas Prefeituras. O Sr. João Carlos Creplive coloca que a preocupação demonstrada reforça a idéia de que as áreas objeto da especulação imobiliária possuam uma ocupação adequada orientada. O Sr. Conselheiro André Virmond Bittencort comenta que deve haver uma agilidade no sistema, para a implantação das medidas tomadas nas UTPs e APA, pois as pressões são enormes. Quanto à Fazenda Agrônômica da UFPR, deve haver uma restrição bastante severa aos usos que possam estar prejudicando a qualidade da água. Coloca-se a disposição, com o Centro de Pesquisa, para contribuir na análise, e deixar a porta aberta para o enriquecimento dos trabalhos. A seguir o Sr. Presidente do Conselho pede à Arquiteta Maria Luiza Malucelli Araujo, da COMEC que inicie a apresentação das propostas das UTPs de Quatro Barras e Campo Magro. Após a apresentação da UTP de Quatro Barras, a Sra. Maria Luiza esclarece que houve sugestões de alteração no texto da minuta de Decreto, efetuada pela Prefeitura de Quatro Barras. A sugestão referente à UTP de Quatro Barras é de que seja efetuada uma alteração na Tabela 01 do Macrozoneamento, retirando do item (1) a expressão: “O lote deverá ter frente obrigatória para a BR-116, ficando o limite do tamanho de lote em uma profundidade máxima de até 1.000 m.” Incluir no item (1) a expressão: “A utilização da zona deverá ter um plano de ocupação vinculado às condições naturais e de acessibilidade à BR-116, constante do Plano de Uso e Ocupação do Solo Municipal.” Esta alteração foi proposta tendo em vista que a redação anterior poderia induzir a um parcelamento indesejado ao longo da BR-116, com lotes de pequena testada e grandes profundidades. Outra sugestão proposta pela Prefeitura de Quatro Barras, foi a inclusão na Tabela 01 do Macrozoneamento do item (4), cuja redação proposta foi a seguinte: “Em empreendimentos acima de 500.000 m², será permitido em 5% da área, lotes de 1.000 m², mantida a média de 6.000 m².” Esta alteração foi proposta visando dar uma maior viabilidade aos futuros empreendimentos da zona. A seguir, a Sra. Maria Luiza comenta que houve uma contribuição intensa do Conselheiro André V. Bittencourt da UFPR, que em conjunto com outros professores da Universidade sugeriram alterações nos diagnósticos apresentados, bem como houve contribuições do Conselheiro João Samek da SUDERHSA. Comentou ainda que serão recolhidos os volumes das propostas das UTPs,

para que sejam feitas as correções necessárias. O Sr. Conselheiro João Samek comenta que as contribuições visaram uma uniformização do trabalho e um refinamento das proposições técnicas. O Sr. Conselheiro André Bittencourt esclarece que houve alguns erros de digitação e problemas de transposição de mapas e escalas que criaram distorções. O Sr. Presidente pergunta se as alterações comprometem a aprovação. A Conselheira Sandra Mara Queiroz, do IAP entende que a aprovação não fica comprometida e que as propostas podem ser votadas considerando as observações. O Sr. Conselheiro José Carlos Martins da ADEMI, comenta que aprova-se o Plano e não o diagnóstico, e que as propostas podem ser aprovadas. Considerou-se aprovada a proposta da UTP de Quatro Barras. A seguir, a Sra. Maria Luiza apresenta a proposta da UTP de Campo Magro. Após a apresentação, a Sra. Maria Luiza informa que houve uma sugestão de alteração no texto da minuta de Decreto, efetuada pela SUDERHSA. A sugestão da SUDERHSA, referente à UTP de Campo Magro é de que no artigo 5º, inciso VI, a redação deveria ser a seguinte: “As áreas de recarga do aquífero”. Esta alteração foi proposta em virtude de que ainda não está estipulada a Instituição que será responsável pela definição das áreas de recarga. A seguir, O Sr. Presidente do Conselho coloca em discussão a proposta apresentada com a alteração sugerida. O Sr. Conselheiro, Louvanir Menegusso, Prefeito de Campo Magro, comenta que preocupa-se com as áreas rurais ao longo da sede que sofrem grande pressão e com a ocorrência de subdivisões. Entende ser necessário que se cumpra a lei e que tenha fiscalização, complementando que está inteiramente de acordo com a proposta da UTP de Campo Magro. A Sra. Conselheira Zulma Schussel, da COMEC comenta sobre a preocupação quanto às subdivisões irregulares e que procura-se organizar esta questão junto ao Ministério Público. Informa que a revisão do zoneamento da APA do Passaúna será tratada da mesma forma que as demais APAs e entra no cronograma da empresa contratada SOGREAH/COBRAPRE. O Sr. Presidente do Conselho coloca em votação a proposta da UTP de Campo Magro, que foi aprovada por unanimidade. Após a aprovação das UTPs, o Sr. Paulo Kawahara abre espaço para comentários. O Sr. João Carlos Creplive, Prefeito de Quatro Barras, sugere que os Prefeitos do Conselho se reúnam para conversar com o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sobre a Lei Estadual de Recursos Hídricos. A seguir, o Sr. Presidente anuncia a chegada do Sr. Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Miguel Salomão, que faz algumas considerações e comenta que na Secretaria de Planejamento sempre há espaço para discussão e o que se quer é compartilhar a causa e defesa dos mananciais e meio

ambiente. Após todas as considerações feitas, e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata.

PAULO YOSHIKATSU KAWAHARA
Presidente

MARIA LUIZA MALUCELLI ARAÚJO
Secretária Executiva

ANDRÉ VIRMOND BITTENCOURT
Conselheiro

JOSÉ CARLOS MARTINS
Conselheiro

JOÃO LECH SAMEK
Conselheiro

AGENOR ZARPELON
Conselheiro

LUIZ CARLOS SETIM
Conselheiro

GIL LORUSSO DO NASCIMENTO
Conselheiro

SIEGFRIED BÖVING
Conselheiro

JOÃO CARLOS CREPLIVE
Conselheiro

SANDRA MARA PEREIRA QUEIROZ
Conselheira

FRANCISCO BORSARI NETO
Conselheiro

ZULMA SCHUSSEL
Conselheira